

DÍVIDA  
EXTERNA

# Cabeça Fria JORNAL DO BRASIL

3 DEZ 1986

A renegociação da dívida externa mais uma vez se apresenta como acidente de percurso a ser contornado antes que o país e o Governo possam sentar e comer as suas castanhas de Natal. Há um certo consenso em que se perdeu (como aconteceu com a frente interna) o melhor momento para saltar esse obstáculo. O Governo mostrou excesso de confiança nesse campo; ou faltou-lhe informação mais precisa; ou tudo não passou de reumatismo pré-eleitoral.

Seja como for, também não estamos diante de nenhuma catástrofe. O relacionamento internacional é um jogo sempre em andamento. Cumpre conhecer as suas regras; saber quando pagar para ver; ou quando é melhor, simplesmente, dançar de acordo com a música.

Só há um dado preocupante na conjuntura atual: a pressa e a desenvoltura com que, de todos os lados, surgem palpites a respeito de como negociar a dívida. O PMDB, atacado de gigantismo pós-eleitoral (o que não é necessariamente sinal de saúde), continua emitindo sinais de que ainda não sabe calibrar as suas passadas.

O Partido prepara um pretensioso documento sobre a dívida externa. Inclina-se para as propostas mais audaciosas. Não é apenas a favor da moratória: quer uma auditoria para definir “o que é lícito e o que é ilícito” na dívida externa contraída pelo Brasil — obviamente que para pagar apenas o que se considerar “lícito”. Pode-se imaginar a reação dos credores do Brasil: em vez de dinheiro a receber, passariam a ter apenas o direito de sentar em uma poltrona e esperar o julgamento da auditoria pemedebista.

O líder do Partido na Câmara, Pimenta da Veiga, fala grosso: “não serão mais permitidas concessões na negociação da dívida ou manutenção das concessões que vinham sendo feitas”. A redação do documento partidário ficou por conta do Sr Miguel Arraes, que tem posição ideológica altamente suspeita.

Alguém precisa dar um chá de sensatez a esses árdegos corifeus partidários. Antes de mais nada, o regime é presidencialista, e da presidência é que deve vir a orientação firme a respeito do assunto.

O Partido pode ter lá as suas opiniões internas (divididas, anote-se, em numerosas correntes); mas não lhe cabe arrotar prepotência numa questão que é de responsabilidade do Presidente.

Em segundo lugar, a multiplicidade de opiniões sobre o assunto ameaça transformar uma questão séria e delicada na cabana do Pai Tomás. Hoje é o Sr Arraes que redige um documento, por incumbência do Partido; amanhã, virá o Sr Severo Gomes defender as teses do grupo litero-sociológico a que pertence; depois de amanhã sabe-se lá quem pedirá a palavra.

É lançar a opinião pública na confusão — e projetar, também além-fronteiras, uma imagem de volubilidade. Justamente por ser assunto sério, este é dos que não se prestam a bravatas ou passionaisismos. Bem ao contrário, o que se pede é frieza para poder transpor um caminho bastante estreito, ladeado de escarpas e armadilhas.

Se o emocionalismo resolvesse, a dívida externa já não seria um problema. Poucos assuntos, entretanto, exigirão competência maior do que este. O que é possível obter? Tudo indica que o país tem condições de estabelecer — de comum acordo — formas melhores de pagamento que as vigentes agora.

Mas as regras do jogo são complexas. Vozes experientes advertem que a próxima etapa — o Clube de Paris — pode não ser transposta sem algum tipo de aval do FMI. O país, por conveniência, tomou as suas distâncias do Fundo. Também por conveniência, pode ser levado a mudar de atitude.

Não se deveria fazer disso um cavalo de batalha — mesmo se o Governo, aqui, andou assumindo ênfases fortes. Só há um objetivo: conseguir o melhor acordo possível. E isto deve ser trabalhado por profundos conhecedores do assunto — e por pessoas de absoluto domínio sobre as emoções. Vá alguém ler a história dos grandes diplomatas — de um Talleyrand, de um Metternich — e verá que, no interesse dos países que representavam, eles foram frios e competentes. Se os passionais fizessem boas negociações, o mundo não seria o que ele é.